

**PEDRO DORIA**

# **FAZCISMO À BRASILEIRA**

**COMO O INTEGRALISMO, MAIOR MOVIMENTO DE  
EXTREMA-DIREITA DA HISTÓRIA DO PAÍS, SE FORMOU  
E O QUE ELE ILUMINA SOBRE O BOLSONARISMO**

 **Planeta**

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Pedro Doria, 2020  
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2020  
Todos os direitos reservados.

PREPARAÇÃO: Andressa Veronesi  
REVISÃO: Tiago Ferro e Carmen T. S. Costa  
DIAGRAMAÇÃO: Nine Editorial  
CAPA: Departamento de criação da Editora Planeta do Brasil  
PESQUISA ICONOGRÁFICA: Tempo Composto

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Doria, Pedro  
Fascismo a brasileira [livro eletrônico] / Pedro Dória. -- São Paulo  
: Planeta, 2020.

ISBN 978-65-5535-141-5 (e-book)

1. Fascismo 2. Fascismo - História 3. Fascismo - Brasil 4. Brasil - Política  
e governo 5. Ação Integralista Brasileira (Partido político) I. Título

20-2511

CDD 335.6

Índices para catálogo sistemático:  
1. Fascismo - Brasil.

2020 Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.  
Rua Bela Cintra 986, 4º andar - Consolação  
São Paulo - SP CEP 01415-002  
[www.planetadelivros.com.br](http://www.planetadelivros.com.br)  
[faleconosco@editoraplaneta.com.br](mailto:faleconosco@editoraplaneta.com.br)

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

## ANTES DE COMEÇAR



# Planeta

Prezado leitor, nas próximas páginas segue uma história da Ação Integralista Brasileira (AIB), o maior movimento fascista do mundo fora da Europa entre os anos 1920 e 1940. Foi, também, o maior movimento popular de direita da nossa história – ao menos até o surgimento de Jair Bolsonaro. Em seu auge, a AIB contou com mais de 1 milhão de afiliados num país que passara fazendo pouco dos 30 milhões de habitantes.

É até difícil de imaginar, mas, em meados dos anos 1930, era comum nas ruas das grandes cidades brasileiras cruzar com homens vestindo calça preta, camisa verde, gravata preta e uma braçadeira semelhante à nazista contendo, dentro do círculo branco, não uma suástica, mas a letra grega  $\Sigma$  (sigma). No Brasil, como em outros cantos, a esquerda tinha uma expressão para se referir a eles: os “encamisados”. De preto na Itália, de cáqui na Alemanha, de verde

cá no Brasil. O apelido não veio à toa. Parte do *éthos* fascista era estar uniformizado, que remetia a uma padronização de toda a sociedade como eles consideravam ideal. Assim como remetia à disciplina militar pela qual cultivavam fetiche.

Esse fetiche militar aparece no bolsonarismo, como tantas outras características do fascismo. Conforme ponho as últimas palavras neste livro, o Brasil avança no terceiro mês da quarentena imposta pela Covid-19. A total falta de empatia com os mortos deixou mais clara, no presidente Jair Bolsonaro, aquilo que os freudianos chamam de pulsão de morte. Essa força que vem de dentro, uma violenta atração pela destruição não só da vida mas também do outro. Do diferente. É alguém que compreende liberdade como a permissão da violência, como a imposição de um jeito único de ser. Tampouco os integralistas conseguiam lidar com a liberdade no sentido liberal-democrata – aquele espaço permitido a cada um para buscar o seu melhor, com tolerância por desacordos. Aquele foi um tempo em que esse ideal iluminista, o da tolerância por diferenças, o de culto ao debate, foi questionado de frente. Foi um tempo como este nosso. Os afetos do bolsonarismo são fascistas, embora o bolsonarismo tenha muitos traços distintos daquele fascismo.

Nunca lemos a história separada do tempo presente. Assim, é inevitável perceber que, como o integralismo, também o bolsonarismo faz parte de um movimento internacional que inclui Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Orbán, na Hungria, Matteo Salvini, na Itália, entre outros. A história sempre ilumina aquilo que vivemos. Além da atração por armas de fogo, do encantamento com o militar e do flerte com a violência física, também existiam a preocupação em usar o Estado para dar forma a uma cultura nacionalista e o sistema educacional como máquina de uniformização do pensamento. Mas aquilo que Benito Mussolini batizou de fascismo também trazia muitas diferenças importantes – a extrema-direita

de hoje não é um movimento que nasce de ambições intelectuais. O comando do integralismo era formado por artistas e pensadores, Benito Mussolini era um leitor voraz, António Salazar, um acadêmico. Mesmo Hitler, um artista de segunda, trouxe para sua proximidade filósofos, cineastas, e alguns dos melhores cientistas alemães. Não só, havia a disciplina. Os encamisados de verde, muito rígidos em relação à ideia de um comportamento educado, rigorosos com a polidez no trato, certamente ficariam chocados com a rudez dos seus sucessores brasileiros.

Essa é uma discussão, a das diferenças e semelhanças, igualmente importante. Ela remete à busca pelas respostas a duas perguntas. O que a AIB nos ensina sobre o bolsonarismo? E, claro, o que é fascismo? Mas cumpre não adiantar o debate, caro leitor. Ele fica para após o clímax final. Me permita antes levá-lo ao Brasil dos anos 1930. Recriar esse país para você, guiá-lo por seus debates, pelos corredores do mundo integralista. Ao fim, é inevitável que retornemos ao presente. À comparação entre Plínio Salgado e Jair Bolsonaro. No que se tocam e no que se afastam. O bolsonarismo é grande hoje. Mas como foi grande, como foi presente, como chegou a parecer inevitável o integralismo, ontem.

A AIB durou quatro anos desde o seu nascimento, em outubro de 1933, até ser tornada ilegal, em dezembro de 1937. Ainda caiu na clandestinidade por uns meses até o ponto em que a história deste livro chega a seu clímax final. Mas essa parte, para quem não conhece, tampouco cumpre adiantar.

O grupo tinha um *duce*, um *führer*, que aqui batizaram de Chefe Nacional. Plínio era um político paulista do interior, muito magro e baixo, mas, perante um microfone, eletrificava o público. Já velhinhos, muitas décadas depois, integralistas ainda depunham comovidos a respeito da emoção que sentiam perante seus discursos. Antes de ser político, Plínio se tornara conhecido como escritor e jornalista. Como escritor, leu poemas seus no palco do Theatro

Municipal de São Paulo durante a Semana de Arte Moderna de 1922. Não só era um romancista razoável do modernismo brasileiro, como, até sua morte em 1975, teve entre seus melhores amigos outros expoentes daquela geração, como Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo.

Não era só ele. O número dois da AIB era o historiador Gustavo Barroso, que já havia presidido a Academia Brasileira de Letras quando a Ação surgiu. O número três, Miguel Reale, foi um dos maiores juristas brasileiros do século XX. Foram integralistas o folclorista Luís da Câmara Cascudo, o então padre Hélder Câmara, o político San Tiago Dantas e, depoimentos afirmam, o poeta Vinicius de Moraes. Vinicius no mínimo se sentiu tentado a se juntar ao grupo; todos os seus amigos de faculdade eram integralistas. Ele próprio sempre evitou o tema. Muitos, como dom Hélder, San Tiago ou Vinicius, passaram por transformações pessoais que os levaram à esquerda ao longo da vida. Outros, como Miguel Reale, se tornaram conservadores moderados. Nem todos. Plínio e Barroso morreram confortavelmente embalados pela direita autoritária.

Há duas maneiras de ler este livro. O integralismo está inserido num ambiente que surge com os camisas negras italianos liderados por Benito Mussolini. O tipo de discurso que Mussolini fazia, suas práticas de militância e o método baseado no terror que o levou a uma rápida ascensão inspiraram políticos com inclinações semelhantes em todo o Ocidente. O capítulo 2 é todo passado na Itália e conta esta história: a de como o fascismo nasceu, como se estruturou, como seduziu milhões de pessoas. Plínio seguiu a fórmula de Mussolini e, assim, ergueu um movimento formidável que Getúlio Vargas enxergou como a maior ameaça que existia ao seu poder. O capítulo 2 está lá para quem deseja compreender esse contexto. Quem, no entanto, já conhece a história do fascismo ou tem a curiosidade aguçada por compreender especi-

ficamente o que foi a AIB pode, perfeitamente, pular o capítulo. Do 1 saltar ao 3. Não haverá perda e toda a história do fascismo brasileiro estará lá.

Por fim, um último ponto. Dois amigos me ajudaram muito com este livro. Ricardo Rangel e Christian Lynch. De pequenas correções fundamentais que sugeriram passando pelas longas conversas sobre a política de ontem e a de hoje, me ajudaram a refinar a compreensão daquilo que li e ouvi. Como ajudaram, como lhes sou agradecido.

Agora, já no virar da página, Plínio Salgado está para viver o mais importante encontro de sua vida.

Pedro Doria  
Gávea,  
junho de 2020



Planeta

## A CIDADE ETERNA



# Planeta

No final da tarde de 14 de junho de 1930, Plínio Salgado viveu o encontro mais importante de sua vida. Havia algumas nuvens no céu,<sup>1</sup> em Roma, mas fazia calor e não havia sinal de chuva. Os termômetros chegaram a bater em 31°C no meio da tarde. Era dia claro, ainda, às 18h; o sol só iria se pôr quase às 20h. Ele estava ansioso, Plínio. Apenas a sala em que entrou já causava impressão. Dezoito metros de comprimento, quinze de largura, num canto, uma larga mesa de madeira sólida, cuidadosamente talhada, com um elegante abajur *art déco* no meio. Nas paredes, afrescos de cinco séculos cobrindo toda a superfície e uma lareira imponente, e o chão marcado por um mosaico de motivos gregos em pedra tão bem lustrada que chegava a brilhar. Cinco janelas davam para a praça em frente, a do centro

---

1 LA STAMPA. Turim, 15 jun. 1930.



abrindo para uma sacada. O ocupante daquela sala fazia muito uso da estreita varanda para discursos intensos, marcados por gestos fortes, ampliados por microfones de rádio e cinema. No momento em que entraram, o sol iluminava o ambiente através dos vidros. Era a sala mais importante do palácio construído por um papa renascentista para si, a oito minutos de caminhada do Pantheon. Papa rico, nobre, sobrinho de outro papa. Nascido e criado para emanar poder. Ainda a chamavam de *Sala del Mappamondo*, embora o imenso mapa do mundo que a marcara de origem já não existisse havia muito tempo. Fora isso, mantinha-se intocada, restaurada com a mesma aparência dos tempos de Paulo II. Menos o mapa, marco de uma era antes de a Reforma destruir o poder que a Igreja manteve sobre todo o continente por dez séculos. Um papa morto onze anos antes de Colombo descobrir a América e tudo mudar – incluindo o mapa. Uma sala, afinal, adequada às ambições de seu novo inquilino. Pois os esperando, com simpatia, estava *il Duce*, quadragésimo e mais jovem primeiro-ministro da história italiana. Benito Mussolini.

O premiê estava sentado à mesa quando o pequeno grupo entrou. Vestia paletó cinza e calças amarelas.<sup>2</sup> Levantou-se de pronto e rumou em sua direção. “Sejam bem-vindos, amigos brasileiros”, disse. À frente do trio, Plínio estava ansioso. Todos lhe disseram que o encontro seria muito difícil de marcar. O embaixador brasileiro, Oscar de Teffé, irmão da viúva de um ex-presidente, já o alertara. Jornalistas às vezes esperavam meses por uma entrevista. Entre as maiores estrelas políticas europeias, o *Duce* era um homem ocupado. E Plínio era um jornalista feito político. Como, aliás, Mussolini. O assessor de imprensa do premiê, Lando Ferretti, confirmara que seria difícil. Mas aí veio um encaixe, só quinze minutos de duração às 18h, combinados na manhã do mesmo dia. Um dirigir-se apressado ao Palazzo Venezia. “Tinha certeza que teria, na minha

2 O PAIZ. Rio de Janeiro, 27 jul. 1930.

frente, dois braços cruzados numa estatura de atleta”, escreveria depois o brasileiro. “A catadura fechada do ditador.”

Estava a dias de completar 47 anos, Mussolini. Não era alto. Mas era imponente. “Tinha um queixo viril”,<sup>3</sup> descreveu naquele tempo um parlamentar japonês. “Impressionava pela tez, pela cabeça grande”,<sup>4</sup> comentou um estudante brasileiro que o conheceu uns anos depois. Os olhos, de um azul muito vivo, eram constantemente mencionados por todos que o encontraram. Olhos intensos, expressivos. Atentos. Nas conversas pessoais, observava fixo enquanto ouvia. Era excelente ouvinte. Quando falava de ideias, porém, tinha o hábito de virar os olhos para cima, fitando o nada. E ele gostava de ideias. *Mussolini é um emotivo*, pensou Plínio. “Muito bem informado sobre nossa terra”,<sup>5</sup> percebeu um de seus companheiros, o escritor Mário Graciotti.

E informado parecia mesmo estar. O chanceler comentou brevemente sobre o governo Washington Luís e logo se meteu numa conversa de teoria política. Agitado, Plínio falava muito. Estava fascinado com a Itália, lera muitos artigos do *Duce* e buscava comparações com o momento brasileiro. “Constatei que o prestígio do fascismo vem, em grande parte, do primado que deu à inteligência”, comentou. “Não à erudição estéril, o apego aos textos e utopias”, seguiu, mas “à inteligência viva e ágil que apreende o sentido dos tempos modernos”. Para Plínio, o Brasil estava se aproximando disso com uma nova geração de intelectuais. “Uma consciência realista.” O jovem deputado estadual paulista que abandonara o mandato parecia buscar alguma forma de pragmatismo. Mussolini estendeu o dedo indicador com ênfase. “Sim, esse é o

3 HOFMANN, Reto. *The Fascist Effect: Japan and Italy, 1915-1952*. Ithaca, EUA: Cornell University Press, 2015.

4 NERY, Sebastião. *Folclore político: 1950 histórias*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

5 GRACIOTTI, Mário. *Os deuses governam o mundo: a magia e a ciência de Paracelso*. São Paulo: Nova Época Editorial, 1980.

programa”, confirmou no seu leve sotaque toscano. “Também como eu, ele pensa que antes da organização de um partido é necessário o movimento de ideias”,<sup>6</sup> contaria Plínio, depois, a um amigo. “Mussolini lera no meu olhar meu grande amor pelo Brasil. Augurou-me os mais completos triunfos à mocidade do meu país.”<sup>7</sup> Não era só isso que desejava o comandante. “Quero pedir aos senhores, que são intelectuais e que viram a Itália, que não se esqueçam de contar o que presenciaram.” Estava em campanha aberta. “Dediquem alguns momentos desfazendo as falsidades que correm sobre o regime fascista.”

E impressionados eles estavam com o país. Na noite antes de chegarem a Roma, Plínio e Mário fizeram o motorista parar o pequeno Fiat no qual viajavam numa cantina que funcionava em casa de família. Comeram bem e beberam um vinho ali do Lazio, um tinto de Velletri, ainda feito seguindo a tradição dos tempos imperiais. E foi assim, inebriados por aquele vinho forte, com o motorista igualmente inebriado cantarolando músicas napolitanas, que seguiram ao norte pela madrugada até verem surgir, à beira do lago Nemi, uma enorme galera que pertencera ao imperador Calígula. Tinha 1,67 km<sup>2</sup> a superfície da nave, um palácio flutuante que arqueólogos retiraram com o casco intacto ali do fundo, a pedido de Mussolini. Símbolo de uma Roma que havia sido grande. E de uma Roma que voltava a ser grande. Conversavam agitados os dois brasileiros, entusiasmados, quando viram surgir uma curva fechada e na noite sem estrelas um caminho de feno. Bateram de frente – ninguém se machucou. “*Sono rovinato*”,<sup>8</sup> gritou o pobre motorista, com a ênfase dramática dos italianos do sul. “Estou arruinado.” O radiador, destruído. Estava quase de dia, e a capital, próxima. “Vamos entrar a pé em Roma”,

6 Carta de Plínio Salgado a Manoel Pinto, datada de 4 de julho de 1930.

7 SALGADO, Plínio. *Como eu vi a Itália*. São Paulo: Sociedade Editora Latina, 1992.

8 GRACIOTTI, Mário. Op. cit.

sugeriu Plínio a Mário. “De lá mandaremos um socorro mecânico”, falou, acalmando o motorista. “Não se preocupe, pagaremos todas as despesas.”

Hospedaram-se no Hotel Lago Maggiore, no alto de Esquilino, a mais alta das sete colinas romanas. Estavam, assim, a vinte minutos a pé do palácio do *Duce* e ao lado da estação de trens Termini, a principal da cidade. Plínio havia passado meses preparando aquela viagem que se iniciou pelo Egito, em abril, seguiu pela cidade santa de Jerusalém, daí Turquia, e ainda passaria por França, Alemanha e Portugal. Seus custos estavam sendo financiados por um amigo: Alfredo Egídio de Sousa Aranha.<sup>9</sup>

Alfredo era um advogado paulistano rico com profundo respeito intelectual por Plínio. Financiaria, pouco tempo depois, um jornal para o político editar – *A Razão*. Ambos faziam, também, parte da facção insatisfeita dentro do Partido Republicano Paulista. Consideravam a sigla por demais oligárquica, sem vontade de reformas, parte inerente de um regime que decaía a olhos vistos. Décadas depois, Alfredo Egídio seria também fundador do Banco Federal de Crédito, que, nas mãos do sobrinho Olavo Egídio de Sousa Aranha Setúbal, se tornaria o Itaú. Mas, para isso, ainda faltava muito. Naquele ano, as preocupações de Alfredo eram bem mais simples. Queria uma boa formação para seu sobrinho, Joaquim Carlos. Aquela viagem era para ser uma aula viva de história, na qual Plínio Salgado, como preceptor, apresentaria ao rapaz o mundo onde havia nascido a civilização. Insatisfeito na Assembleia Legislativa, que percebia imutável, tentando terminar um romance, Plínio abraçou a oportunidade. Tinha, ele também, muitos planos. Pelo menos um movimento político europeu já mexia com sua imaginação – era a *Action Française*. Mas, por tudo

9 BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. 2012. 717 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

que havia lido, algo de interessante lhe parecia surgir na Itália ao redor da *Carta del Lavoro*.

Aprovada em 1927, a lei mergulhava fundo na economia para reinventá-la. “A Nação Italiana é um organismo que tem fins, vida e meios de ação superiores aos dos indivíduos pelos quais é composta, individualmente ou em grupos”, afirmava já no artigo primeiro. “É uma unidade moral, política e econômica, realizada inteiramente no Estado Fascista.” E então seguia. “Há liberdade de organização profissional ou sindical, mas somente o sindicato legalmente reconhecido e sujeito ao controle do Estado tem o direito de representar a categoria de empregadores ou empregados”, determinava o artigo terceiro. Até flertava com a livre iniciativa, para Mussolini atrair o apoio dos industriais. “O Estado corporativo considera a iniciativa privada, no campo da produção, o instrumento mais eficiente e útil da nação; a intervenção estatal na produção econômica só pode ocorrer quando a iniciativa privada está faltando ou é insuficiente.” Mas logo, sem discricção, impunha limites a essa liberdade. “Os empregadores têm a obrigação de contratar trabalhadores registrados nos ofícios apropriados, e têm o poder de escolher entre os membros da associação, dando precedência a afiliados do partido e os sindicatos fascistas de acordo com sua antiguidade.”

Quem não fosse fascista com carteira de registro não tinha chance naquela Itália. Para Plínio, havia uma lógica importante se desenhando ali. Nacionalista como era, brasileiro dedicado como se sentia, tentava imaginar como fazer para o país dar certo. Um país que, em plena república oligárquica, o frustrava tanto. Era preciso um método. E aquele, o inventado pelos italianos, parecia conseguir botar todos no país trabalhando a serviço da nação. E foi num almoço,<sup>10</sup> oferecido ao deputado pelo embaixador brasileiro no Vaticano, Carlos Magalhães de Azeredo, que, de repente,

---

<sup>10</sup> GRACIOTTI, Mário. Op. cit.

surgiu a chance. O embaixador conhecia o assessor de imprensa do governo. E, embora muito difícil, sugeriu Lando Ferretti, no sábado, 14 de junho, talvez houvesse uma abertura.

O que os brasileiros não sabiam é que havia técnica naquele encontro. O premiê italiano dedicava um bom pedaço do dia a conversas pessoais como aquela – estavam no âmago de sua forma de fazer política. Ele contava com uma estrutura, a *Segreteria Particolare del Duce*,<sup>11</sup> que, oficialmente, não pertencia ao Partido Fascista, tampouco ao governo italiano, e, no entanto, àquela altura já reunia mais de cinquenta pessoas. Seu trabalho: criar a ilusão de que *il Duce* era acessível, atento, preocupado. Os funcionários respondiam cartas. Pinçavam, na imprensa diária, histórias de dramas pessoais de seus visitantes, que permitissem intervenções, por vezes demagógicas. Mais de um escritor, estrangeiro ou não, percebeu durante sua audiência pessoal, na mesa do premiê, um exemplar de seu próprio livro. Quem levou revistas ou outros materiais de leitura, mesmo que um tanto constrangido, se surpreendeu com a atenção que Mussolini dedicava ao conteúdo. Ninguém entrava em sua sala sem que antes o chanceler tivesse sido minuciosamente informado a respeito da pessoa, de seus interesses e, no caso de estrangeiros, de dados sobre o país de origem. Criava-se, assim, a ilusão do Mussolini sempre atento, que tudo sabe. Filho de líder político, criado dentro da política, agitador desde a adolescência, um homem que já chamava atenção pela qualidade dos discursos antes de completar vinte anos, Benito Mussolini se preparara a vida toda para o papel que exercia havia oito anos. Num tempo duro e austero, havia muito que o mundo não via um político com sua capacidade de sedução.

Mussolini ou Plínio não tinham como saber, mas, por aqueles meses, o *Duce* estava no auge de seu poder. Nunca mais ele seria

---

11 GUNDLE, Stephen; DUGGAN, Christopher. *The Cult of the Duce: Mussolini and the Italians*. Manchester, Reino Unido: Manchester University Press, 2013.

tão grande, nunca mais seu futuro pareceria tão promissor, aqueles eram os últimos tempos de um ambiente tranquilo. Exatamente um ano antes, o premiê havia sancionado, com o papa Pio XI, o Tratado de Latrão. Em 1849, um grupo de revolucionários tomara Roma, que era governada por outro Pio, o IX. O bispo de branco deixou a Cidade Eterna vestindo batina preta como se padre ordinário fora. Um triunvirato assumiu seu comando. Revolucionários haviam destituído o papa e desde então, por oitenta anos, a Igreja considerou Roma território ocupado pelo reino invasor da Itália. A Questão Romana, num país tão católico, pesou, ultrapassou inúmeros gabinetes, sem que ninguém conseguisse resolvê-la. *Il Duce* a resolveu – o homem que, já passado dos quarenta, professara por bem mais que metade da vida um ateísmo radical. Agora, se dizia católico. E, pelo tratado, tornou o Vaticano um país soberano, governado pela Santa Sé, que também sob seu comando ganhou o palácio de Castel Gandolfo e as três basílicas de Latrão. Garantiu-lhe ainda um imposto anual que seria pago pelo Estado à Igreja. Pronto.

O que aquilo deu a Mussolini foi liberdade. O resto de Roma era sua para que a reinventasse. E era esse o espírito da exuberância fascista, que Plínio Salgado e seus amigos sentiram no ar. Estava nascendo a Terceira Roma.

No início do século XX, o arqueólogo Rodolfo Lanciani conseguira detalhar um mapa da capital no século terceiro. Criou, assim, a ideia da cidade qual um palimpsesto.<sup>12</sup> Da mesma forma que os escrivães antigos raspavam pergaminhos com pedra-pomes para reaproveitar a folha e escrever um novo texto, os palimpsestos, Lanciani via Roma. Uma capital de Império apagada pela história para que se erguesse sobre ela outra cidade. Foi com esse conceito em mente que Benito Mussolini imaginou nascer uma

12 KALLIS, Aristotle. *The Third Rome, 1922-1943, the Making of the Fascist Capital*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

nova capital. A simbologia do tempo dos cézares lhe era importante. Desde que chegara ao poder, em 1922, tivera muito trabalho. Primeiro, conviver com parlamentares ainda confusos, instáveis, que por certo lhe punham em risco o cargo. Tantos premiês haviam caído e com tanta frequência. Depois, se estabelecer num Parlamento domesticado por meios pouco sutis. Fazer então, em um primeiro momento de forma discreta, depois ostensivamente, a troca dos símbolos nacionais pelos de seu movimento. *Il Fascismo*. Como se Estado, Nação, Partido e líder fossem uma só coisa. Uma estrutura imposta primeiro pelo sistema educacional, também pelas moedas correntes, daí para selos e timbres e bandeiras, até a *Carta del Lavoro*. Com a formação do Vaticano, Mussolini terminou. A Itália era sua. Roma era sua. Mil novecentos e trinta foi o primeiro ano em que ele tudo podia, no qual a Itália funcionava como um motor composto de peças bem torneadas. A Terceira Roma limparia vizinhanças inteiras, faria ressurgir dos escombros a cidade que os imperadores conheceram, e seria completada por prédios imponentes do novo Estado.

Quando chegou ao Velho Mundo em busca da civilização original, Plínio não estava de todo perdido. Procurava, sim, uma nova ideia para formar o país, para governar, para dar estrutura a uma nação que funcionava mal. Mas ele tinha uma pista com a qual simpatizava.

A *Action Française* havia nascido na França, na última década do século XIX, ainda na esteira do caso Dreyfus. Aquilo havia sido um drama político de marcar os tempos – um jovem oficial do Exército francês que, por ser judeu, virou bode expiatório para um crime de espionagem, alta traição. Caso que, na carta aberta “J'accuse”, publicada na primeira página de um jornal, Émile Zola registrou um dos mais importantes libelos contra a intolerância daquele período intolerante que estava para nascer. Dreyfus foi solto. A intolerância, porém, ainda havia de se impor.



Injustiça reconhecida, o caso levou a um fortalecimento da esquerda que, por pronta resposta, teve Charles Maurras. Poeta provençal, um romântico regional tardio que assistia ao modernismo se insinuar, Maurras lia a filosofia dos antigos, mal passava da Renascença, e percebia, no pós-Revolução Francesa, só decadência. Reconhecia a Santa Madre Igreja como guia. E tinha por certa, também, assim como por consequência, a monarquia. Mas não por Lei Natural, aquela antiga de que os escolhidos deveriam reinar. Maurras não era um homem do século XVII. Tinha os dois pés fincados no século XIX, indo para o XX, reconhecia nações, propunha-se racional. Mais que isso: um pensador. Um intelectual. Não queria de volta o absolutismo e endossava o capitalismo. Para ele, a monarquia simplesmente era parte da cultura francesa. Era natural aos franceses, lhes oferecia um espírito de identidade e, portanto, conforto. Fora dela, quebrava-se a espinha cultural, rompia-se um sentido de ser. A proposta de Maurras era a de um nacionalismo integral. Contrarrevolucionário. Propunha a restauração do ser francês para o século XX que chegava.

Que forte era, aquela ideia de um nacionalismo integral. Integral por ser original – fiel à essência mais antiga da cultura. O fascismo e aquela Itália tão fascinante mexiam com a cabeça do jornalista brasileiro, que como Mussolini havia se feito político. O nacionalismo integral de Maurras se coadunava com a identidade romana recuperada no *Fascio*. A identidade católica, às vistas de um Plínio católico, também lhe parecia combinar com a nova Itália. A diferença fundamental estava na concepção de Estado.<sup>13</sup> A *Action Française* via um rei forte, e pronto. Mussolini propunha algo diferente. Um Estado corporativista, que tudo organizava e fazia a engrenagem rodar. Se havia uma distinção entre franceses e italianos, é que Maurras era só teoria, já Mussolini, ação.

13 GONÇALVES, Leandro. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. *Lusitania Sacra*, Lisboa, v. 26, tomo XXVI, p. 133-154, jul./dez. 2012.

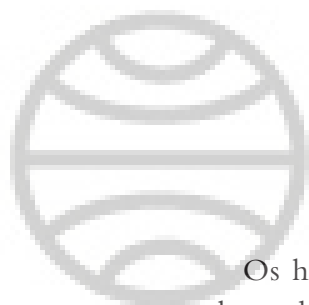
“O encontro com Mussolini foi apenas o momento histórico em que tomei a decisão”,<sup>14</sup> escreveu Plínio a um amigo, semanas depois, já em Paris. “Em Roma, tudo nos convida à luta. A nossa personalidade cresce agressivamente entre os vestígios dos povos que passaram a vida lutando.” Por tantos meses visitou tantos lugares. Teve até um encontro com o papa. E era tão católico. Mas nada mexia com ele como *il Duce*, um turbilhão de emoções.

“Uma manhã, no alto do Janículo, com Roma a meus pés – o Coliseu e o Vaticano, o Fórum Romano e as Termas de Caracala, o Aventino e o Polatino, e os palácios seculares que sobem e descem pelas colinas, senti uma saudade imensa do Brasil. E sentindo esse amor pela pátria, pensei em todas as marchas da Cidade Eterna e refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal, que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o nacionalismo, impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul. Voltarei para combater esse combate cheio de entusiasmo.”

---

14 Carta de Plínio Salgado a Manoel Pinto, datada de 4 de julho de 1930.

## O OVO DA SERPENTE



# Planeta

Os homens vestindo camisas negras de motoqueiro, lapelas abotoadas na diagonal em direção ao ombro, marchavam num compasso raro. Aquele era um espetáculo militar de novo tipo pelo rigor, pela disciplina, pelo ritmo nunca quebrado. Ninguém marchava assim. Só eles. Os *arditi*. Soldados da elite do Exército italiano. Enquanto os outros se escondiam nas trincheiras da Grande Guerra, apavorados com a nuvem de tiros e explosões que não cessava, temendo juntar-se às multidões de mutilados, os *arditi* punham a cabeça para fora, saltavam dos buracos e avançavam contra o inimigo sem piscar. Embalados por uma coragem pessoal que beirava o limite da irresponsabilidade, eram escolhidos a dedo por essa bravura. Não levavam rifles, que lhes tolheriam os movimentos, mas sim pistolas e, principalmente, adagas. Adagas que carregavam entre os dentes trincados. Adagas eram a marca

deles. Homens afeitos ao combate corpo a corpo que, agora que a guerra já acabara, mantinham-se tomados pelo espírito militar. E por isso marchavam, marchavam daquele jeito único, imponente, perante a multidão da pequena cidade de Fiume, que os admirava talvez com uma ponta de medo. Desfilavam assim, naquela marcha, para chamar atenção, claro, para demonstrar poder, mas também para se exhibir ao comandante, fincado num balcão entre autoridades, prestes a fazer um discurso. *Il Duce*, o chamavam. O líder.

Pararam à frente dele, os *arditi* de preto, enfileiraram-se com o mesmo rigor que apresentavam na marcha e lançaram os braços direitos à frente num movimento impecável qual balé; braços inclinados, a mão espalmada para baixo. A saudação romana com a qual seu líder lhes respondeu sem esconder uma ponta de satisfação. Inúmeros filmes do tempo registraram a mesma cena. Ele próprio, *il Duce*, havia recuperado da história, apenas uns anos antes, aquele modo de saudar que os romanos usavam no tempo do Império. Gostava de história, o líder. Gostava de mulheres. E se ocasionalmente se queixavam de seu mau hálito<sup>1</sup> – ao menos uma cortesã o fizera certa vez, em Veneza –, ele não parecia perder conquistas. Já cobrira de rosas o chão para que outra passasse. Era poeta, um poeta lírico reconhecido em toda a Itália. Um soldado poeta. Um homem baixo e bastante magro, com o bigode fino encurvado para cima e uma calva extensa que lhe tomava quase toda a cabeça. Gabriele d’Annunzio, *il Duce*, que, naquele 1919, pouco antes de conquistar com seus mercenários a pequena cidade portuária fincada entre Itália e Iugoslávia, completara 56 anos.

Tanta era sua habilidade com as palavras que seus discursos hipnotizavam. Uns discursos patrióticos e interativos, exaltando a coragem dos homens num *staccato* ininterrupto, como que no

1 HUGHES-HALLETT, Lucy. *Gabriele D’Annunzio: Poet, Seducer, and Preacher of War*. Nova York: Anchor Books, 2014.

mesmo ritmo marcial contagiante, ele em pé perante o povo, o braço com punho cerrado subindo e descendo em movimentos bruscos como se fosse um regente. Quando dava para falar, não parava. “A quem pertence Fiume?”, gritava.<sup>2</sup> “*A noi*”, respondiam os soldados que o seguiam. “A quem pertence a Itália?”, “*A noi*”, diziam mais alto, mais forte, sugerindo um sonho futuro. Não queriam parar em Fiume. Quanto mais falava, mais entusiasmo despertava, mais atenção atraía. Sempre em voz alta, sempre com uma nítida ponta de agressividade, discursos tão enérgicos, tão diferentes, que de alguma forma pareciam combinar com a maneira de seus *arditi* marcharem. Era política de massas, militarizada, transformada num ritual pagão.

D’Annunzio gostava do exuberante, do grandioso, do histórico, do dramático. Um homem de convicções profundamente conservadoras, até reacionárias, dedicado a restaurar a grandeza do passado no presente italiano. Logo antes da Grande Guerra, trabalhara como consultor e escrevera os intertítulos de *Cabiria*, um longa-metragem de duas horas passado na Roma das Guerras Púnicas e cujas técnicas de narrativa, posteriormente, seriam aproveitadas por D. W. Griffith e Cecil B. DeMille na invenção do cinema épico norte-americano.<sup>3</sup> Quando a guerra estourou, fez imensa campanha para que a Itália mergulhasse no conflito em busca dos espólios. Embora já tivesse cinquenta anos, não hesitou em se juntar às Forças Armadas e se tornou um dos primeiros e exímios pilotos da esquadra aérea. D’Annunzio tinha sonhos grandes para aquele conflito.

Para os italianos, foi uma decisão dolorosa a da entrada na Grande Guerra. Uma decisão demorada que rachou famílias, afas-

2 SFORZA, Carlo. D’Annunzio, Inventor of Fascism. *Books Abroad*, Norman, EUA, v. 12, n. 3, p. 269-271, 1938.

3 Introdução do diretor Martin Scorsese à edição restaurada do filme, exibida em Cannes.

tou amigos, cindiu movimentos políticos e, no fim, culminou com o rompimento de um tratado internacional.

Benito Amilcare Andrea Mussolini tinha 31 anos recém-completos quando o Exército alemão rompeu a fronteira invadindo Luxemburgo, em 2 de agosto de 1914, iniciando a Primeira Guerra Mundial. Apenas uns dias antes, em Bruxelas, líderes dos partidos socialistas de toda a Europa haviam se encontrado numa reunião feita às pressas. A marcha para a guerra foi repentina naquelas poucas semanas desde o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do Império Austro-Húngaro, em 28 de junho. Mas um conflito armado envolvendo boa parte da Europa não era surpresa. Todos previam que algo do tipo ocorreria – uma guerra, como se dizia no tempo, para terminar todas as guerras. E a decisão tomada pela Segunda Internacional Socialista, a associação que reunia todos os partidos e movimentos marxistas europeus, era clara: no momento em que essa guerra viesse, trabalhadores em todos os países beligerantes declarariam greve geral. A guerra entre nações interessava a quem tinha poder. Os trabalhadores, ditava o credo marxista, deviam se unir. Eram todos oprimidos por seus patrões, não importava o país em que estivessem, a língua que falassem. Tinham mais em comum entre si, pela exploração de seu trabalho pelo capital, do que com as nações em que viviam. Seu grupo não se chamava Internacional à toa. O nacionalismo era, como viam, uma criação burguesa. A eles não servia de nada, sua luta era outra.

A decisão pela greve em caso de guerra foi tomada no congresso de Stuttgart, em 1907, e reiterada no da Basileia, em 1912. Só que, no momento da execução, vacilaram. Não estava previsto nos manuais marxistas que os trabalhadores austríacos tomariam as ruas de Viena pedindo vingança contra os sérvios pela morte de seu futuro imperador. Os líderes do Partido Social Democrata

da Áustria foram ao Congresso avisar que não se poriam contra seus eleitores. Os franceses e os belgas, por sua vez, já começavam a se alinhar também com seus governos. Para surpresa dos italianos, os únicos que advogavam neutralidade, a Internacional fora tomada por ímpetos nacionalistas. E o mundo real os pegava no contrapé. Mesmo estando tudo combinado, não deu.

“A Segunda Internacional morreu”,<sup>4</sup> desabafou Mussolini com um amigo. Era um homem de esquerda, criado na esquerda, que dedicara toda a sua vida até ali à causa socialista. Segundo sua própria definição, um “socialista herético”. De um antidogmatismo que herdara do pai, ele próprio um político radical que construía sua filosofia pessoal pegando aqui e ali o que lhe parecia fazer sentido. Ferreiro de pouca educação e vereador de um mandato, leitor voraz, Alessandro Mussolini ensinou ao menino Benito desde pequeno sobre o anarquismo de Mikhail Bakunin, sobre o ímpeto militar revolucionário de Giuseppe Garibaldi e sobre as ideias de Karl Marx. Anticlerical convicto, nem sequer batizou o filho. Um filho que cresceu para flertar com o trabalho de professor de crianças, mas terminou construindo carreira como jornalista a serviço do Partido Socialista Italiano e, desde 1912, fazia parte do comitê central, nomeado editor-chefe do *Avanti!*, jornal oficial do PSI. E ele, assim como todos os outros na direção, defendia que a Itália não devia se juntar a Alemanha e Áustria-Hungria, como previsto no Tratado da Tríplice Aliança, de 1882.

Só que, embora o alto comando do PSI se mantivesse irredutível na defesa da neutralidade italiana, nas fileiras do partido cada vez mais gente ia rompendo com a premissa. Gente, aliás, entre os amigos mais próximos de Mussolini. O debate não ocorria apenas dentro da esquerda. Também os liberais e os conservadores estavam tomados pela discussão. Afinal, aquela guerra podia ser uma oportunidade para completar o mapa italiano. Para terminar o

4 RIDLEY, Jasper. *Mussolini: a biography*. Nova York: First Cooper Square Press, 2000.

trabalho de unificação iniciado por Garibaldi em 1860, faltava a Itália irredenta, aqueles territórios onde se falava italiano, mas que não pertenciam ao reino governado por Vittorio Emanuele III. Faltavam Trentino, no sul da Áustria; Fiume e Ístria, na costa oriental do Adriático. Caso entrassem na guerra, ignorando o tratado de 1882, mas apostando numa aliança com a Tríplice Entente de Império Britânico, Império Russo e França, poderia surgir, assim, a oportunidade de completar a Itália.

Poucos mistérios na história deixaram tão poucas pistas para resolvê-los quanto aquele sobre o que se passou na cabeça de Benito Mussolini entre princípios de agosto e o dia 18 de outubro de 1914. Entre os socialistas, ele não fora escolhido à toa como editor-chefe do *Avanti!*. Sua verve, a capacidade de convencer pessoas fosse falando, fosse escrevendo, já o fazia se destacar. Mas não era ainda o homem corpulento e careca que se tornaria um dos maiores ditadores do século XX. Mussolini era mais magro, usava um bigode fino à moda de estrelas do cinema mudo como Douglas Fairbanks e John Gilbert, e, embora a calvície já se fizesse mostrar uns três dedos além da testa, mantinha o cabelo curto, bem aparado. Até finais de setembro, foi a quantos encontros políticos pôde, e escreveu mais de uma dezena de colunas no jornal, numa agitação constante contra a guerra. Internamente, porém, era tomado por dúvidas. “Em alguns dias já não conseguirei confiar em você ou mesmo em mim”,<sup>5</sup> escreveu numa carta pessoal a uma amiga. “É terrível perceber quantos de nós estão se tornando apologistas desta guerra.”

Seus companheiros de direção foram tomados de susto quando leram a edição do *Avanti!* daquele 18 de outubro. “De uma neutralidade absoluta a uma neutralidade possível e ativa” era o título da coluna do editor-chefe. A visão absoluta de neutralidade seria unir-se à Tríplice Aliança. Mas os socialistas, ele defendia, precisavam

<sup>5</sup> RIDLEY, Jasper. Op. cit.



ser inteligentes e perceber que aqueles impérios esmagariam uma revolução do proletariado. Apoiar os aliados se mostrava, taticamente, o melhor caminho. “O Partido Socialista Italiano não deve permitir que uma visão literal de socialismo destrua o espírito do socialismo.” A executiva nacional foi convocada para enfrentar a crise. Com apenas o voto de Mussolini contrário, e outro que se absteve, o corpo de catorze membros deixou clara a posição do PSI pela neutralidade absoluta. O jornalista fez, então, uma questão de ordem: queria independência para tocar o *Avanti!* com liberdade editorial quanto à direção. Foi novamente derrotado.

E aí Benito renunciou ao cargo.

Na manhã de 15 de novembro, em 1914, chegou às bancas de Milão a primeira edição de *Il Popolo d'Italia*. Mussolini tinha um novo jornal. Um jornal só dele.

Seus companheiros de partido o denunciaram como traidor. Afirmaram que apenas suborno francês para erguer seu próprio jornal poderia justificar a repentina mudança de opinião. Ele negou, mas foi expulso do partido. “Não importa que resoluções passem, permanecerei um socialista por toda a vida”, disse no discurso final aos companheiros. “Nunca abandonarei os princípios do socialismo.”

Angelica Balabanoff, uma moça ucraniana e judia que atravessou o século XX conhecendo todos entre a Roma fascista, a Moscou de Stálin, a Nova York de Truman e a Tel Aviv de Ben-Gurion, dedicada comunista até o fim, conviveu muito com aquele Mussolini da direção executiva do PSI. Para ela, não houve suborno. Não era dinheiro que movia o futuro ditador. Naqueles meses tão intensos, Mussolini viu seus principais amigos no partido, um após o outro, se posicionarem a favor da guerra. E, em sua sensibilidade política, deve ter chegado à conclusão de que os italianos seguiriam também por aquele caminho. Não foi dinheiro, tampouco convicções ideológicas. Foi instinto político.

Não calculava, talvez, que terminasse expulso do partido. Mas faro político ele já demonstrava ter. A jornalista e socialite Margherita Sarfatti, que vivia àquele tempo o que seria um longo caso com Mussolini, guardou impressão semelhante. “Sua motivação”, ela escreveu,<sup>6</sup> “era sua sede de poder e sua crença de que só a guerra poderia disparar uma revolução na Itália.”

Benito Mussolini começava ali a se reposicionar para estar ao lado, e então, à frente das massas. Esse, porém, seria um processo ainda lento.

*Il Popolo d'Italia* não nasceu sozinho, fazia parte de um movimento. Ali entre outubro e novembro, recém-expulso do PSI, o socialista herético se juntou a um grupo de esquerda pró-guerra que acabara de ser formado: o *Fascio Rivoluzionario d'Azione Interventista*. *Fascio* não era um termo novo na esquerda italiana. Aliás, tampouco na esquerda europeia.<sup>7</sup> Quer dizer, literalmente, “um feixe de varas”. Historicamente, remete à *fasces* latina, uma ferramenta simbólica, uma lâmina de machado não atada a uma única vara, mas a um conjunto delas, que era carregada, em desfile, à frente dos magistrados romanos. A ideia que o símbolo passa é a da força que nasce da união. Uma vara pode ser partida com o joelho. Muitas varas juntas não. Para os romanos, a união representava o Estado. Para a esquerda do século XIX, o símbolo se reconstruiu como união do povo. Marianne, a mulher ícone da República francesa, foi retratada inúmeras vezes com a *fasces* à mão, união solidária do povo contra a aristocracia e o clero. Não era raro que grupos de trabalhadores italianos, no *ottocento*, se organizassem em conjuntos chamados *fasci*, no plural, ou *fascio*, no singular. União. Até hoje, em inglês e francês, o termo para sindicato é *union*, como em italiano é *unione*.

6 SARFATTI, Margherita. *My Fault: Mussolini as I Knew Him*. Nova York: Enigma Books, 2014.

7 PAXTON, Robert O. *The Anatomy of Fascism*. Nova York: Vintage Books, 2005.

Não chamou atenção de ninguém, portanto, quando sindicalistas nacionalistas agrupados na Milão industrial de 1914 se organizaram num grupo chamado “*Fascio Rivoluzionario d’Azione Interventista* (Liga Revolucionária de Ação Intervencionista)” para defender a intervenção da Itália na guerra contra os vizinhos do Império Austro-Húngaro. Não eram poucos os empresários interessados nos lucros desse embate militar, e, para eles, fazia sentido financiar uma organização de esquerda que caminhasse na mesma direção. Ajudaria na construção de consenso. Por isso mesmo, também fazia sentido que essa organização tivesse um jornal, um veículo de comunicação por meio do qual pudesse alcançar mais gente entre os trabalhadores.

Benito Mussolini se encaixou como uma luva nos planos de Giovanni Agnelli, da Fiat, e dos irmãos Mario e Pio Perrone, da Ansaldo, uma fabricante de armas. Foi encontrado por eles mais do que os encontrou. Tinha credibilidade junto à esquerda por vir da direção nacional do PSI, a habilidade com argumentos e a cancha de editor. Eles financiaram *Il Popolo d’Italia*. Não era um jornal rico. “Nem eu nem os outros poucos que trabalhávamos lá recebíamos salário”, lembraria anos depois Margherita Sarfatti. “O jornal era composto com moldes de chumbo de segunda mão e impresso numa prensa tipográfica velha.”

Livre, enfim, para publicar o que desejasse, aos poucos o editor-chefe se sentiu confortável para soltar a verve. “Se a reação prusiana triunfar na Europa amanhã, se a destruição da Bélgica e a planejada aniquilação da França levarem a civilização europeia ao chão, aqueles que não tiverem tentado evitar a catástrofe serão traidores e apóstatas.”<sup>8</sup> Começava, cedo, a se distanciar dos antigos amigos.

8 KODRIC, M. Evangeline. *Origins of Fascism*. 1953. Dissertação (Mestrado em História) – Marquette University, Milwaukee, EUA, 1953.